

Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2015

I - Introdução

Com o desígnio de cumprir a sua missão institucional de "atuar preventivamente no sentido de assegurar a correção das ações de gestão pública, face ao estabelecido nos programas de governo e na legislação vigente, bem como subsidiar a tomada de decisão com informações confiáveis, de forma a alcançar a otimização de resultado", apresentamos o Relatório de Controle Interno referente ao exercício de 2015.

Este contém os resultados obtidos mediante o acompanhamento e a avaliação dos controles existentes, bem como as medidas adotadas ou a adotar, que visam sanear as distorções porventura existentes entre as normas escritas e os procedimentos adotados.

Os responsáveis pelo Controle Interno do Legislativo Municipal procederam a uma inspeção nos processos de arrecadação de receitas, ordenamento de despesas e demais atos e fatos administrativos praticados pela Câmara, bem como o cumprimento das decisões legais a que foram sujeitas, durante o exercício de 2015.

Os trabalhos foram realizados com base nos procedimentos e rotinas de Controle Interno, tendo sido verificados: balancetes, numerários, minutas, receitas, notas de empenho e respectivos comprovantes de despesas, processos licitatórios, extratos bancários, instrumentos e documentos relativos a contratos, movimentações patrimoniais, materiais de consumo e demais documentos e informações solicitadas, bem como verificação da realidade fática pertinente à matéria inspecionada.

II - Informações e Análises

1. Receitas

O valor do repasse para o Legislativo fixado pela lei orçamentária anual para o exercício de 2015, foi de R\$ 773.000,00 (setecentos e setenta e três mil reais).

Descontando o valor de R\$ 5.167,41 (cinco mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos) referente à sobra de duodécimo do exercício de 2014, o repasse deveria ser de R\$ 767.832,59 (setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

No entanto, o valor repassado pelo Executivo foi de R\$ 767.012,70 (setecentos e sessenta e sete mil, doze reais e setenta centavos), ficando uma diferença à menor de R\$ 819,89 (oitocentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos) em relação ao que foi fixado para o exercício de 2015.

2. Despesas

As despesas foram realizadas com base nas dotações orçamentárias programadas para o exercício, através da emissão da nota de empenho correspondente e/ou folha de pagamento, acompanhada dos respectivos comprovantes legais.



Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

As despesas foram realizadas com base nas normas estabelecidas pela Lei Federal N.º 4.320/64, obedecendo às fases de empenho prévio, liquidação e pagamento.

Tipo de Despesa	Dotação Inicial	Empenhado Ano	Suplementado Ano	Reduzido Ano
Corpo Legislativo				
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	235.000,00	215.634,96	0,00	19.000,00
Diárias – Pessoal Civil	10.000,00	7.602,00	0,00	1.978,00
Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Manutenção do Projeto Cidadão				
Material de Consumo	1.000,00	675,80	0,00	324,20
Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Física	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Aquisição de Imóvel e Const. da Sede do Legislativo				
Obras e Instalações	58.000,00	110.471,28	52.500,00	28,72
Aquisição de Imóveis	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Equipamentos e Materiais Permanentes				
Equipamento e Material Permanente	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Serviços Gerais da Câmara Municipal				
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	240.000,00	247.809,56	7.810,00	0,00
Obrigações Patronais	102.000,00	98.434,21	0,00	3.000,00
Diárias – Pessoal Civil	4.000,00	2.592,00	96,00	1.500,00
Material de Consumo	22.000,00	9.036,52	0,00	11.941,63
Passagens e Despesas com Locomoção	500,00	0,00	0,00	500,00
Serviços de Consultoria	65.000,00	59.135,87	0,00	5.864,13
Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Física	4.000,00	1.106,48	0,00	2.893,52
Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica	20.000,00	17.689,52	800,00	2.675,80
Controle Interno				
Diárias – Pessoal Civil	500,00	0,00	0,00	500,00
Material de Consumo	500,00	0,00	0,00	500,00
Passagens e Despesas com Locomoção	500,00	0,00	0,00	500,00
Total	773.000,00	770.188,20	61.206,00	61.206,00

3. Análise da Receita x Despesa



Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

Exercício 2015		
Receita Orçamentária	Despesa Orçamentária	
R\$ 773.000,00	R\$ 770.188,20	

Um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal é o equilíbrio das contas públicas. Para isso, recomendamos o acompanhamento mensal da execução orçamentária/financeira, de forma a proporcionar o encerramento anual das contas de forma eficiente e não comprometer o orçamento do exercício seguinte.

4. Gastos com Pessoal

Com base nos demonstrativos contábeis, considerando as exigências da LC 101/00 quanto aos limites para Gastos com Pessoal, efetuamos as apurações considerando o exercício de 2015.

Identificamos que os Gastos com Pessoal do Poder Legislativo corresponderam a 3,75% da Receita Corrente Líquida, e a 59,95% da Receita Orçamentária com a Folha de Pagamento, conforme demonstração abaixo:

Exercício 2015				
Município	Gastos com Pessoal do Poder Legislativo			
Receita Corrente Líquida: R\$ 14.977.770,18	Vencimentos e Vantagens	247.809,56		
	Subsídio dos Vereadores	215.634,96		
Câmara	Obrigações Patronais	98.434,21		
Receita Orçamentária: R\$ 773.000,00	Total	561.878,73		

O demonstrativo comprova que a Câmara obedeceu ao limite definido no inciso III do art. 20 da LRF, que é de 6% da Receita Corrente Líquida do Município para os Gastos com Pessoal, e cumpriu o que determina o §1º do art. 29-A da Constituição Federal, não comprometendo mais de 70% de suas receitas com a Folha de Pagamento.

* Gastos com Pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas + Obrigações Patronais) ** Folha de Pagamento (Vencimentos e Vantagens Fixas)

4.1. Subsídio

Exercício 2015			
Subsídio dos Deputados Estaduais: R\$ 25.322,25 *	Subsídio dos Vereadores: R\$ 2.146,28 (8,47%)		

* Fonte: www.almg.gov.br

O quadro acima demonstra que o subsídio obedece ao limite máximo de 20% em relação ao subsídio dos deputados estaduais e que os gastos com a remuneração dos vereadores obedeceram ao limite máximo de 5% da receita municipal (incisos VI e VII do art. 29 da Constituição Federal).



Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

4.2. Recomposição/Reajuste

- ✓ Recomposição de 6,23% nos subsídios dos Agentes Políticos (Lei nº 1.481/2015).
- ✓ Recomposição/reajuste de 8% nos vencimentos dos Servidores do Legislativo (Lei nº 1.482/2015).

5. Créditos Adicionais/Suplementares

✓ Ato Normativo: Decreto 059 de 10/08/2015 Fonte de Recurso: Remanejamento Valor: R\$ 52.500,00

✓ Ato Normativo: Decreto 101 de 16/11/2015 Fonte de Recurso: Remanejamento Valor: R\$ 8.706,00

✓ Total: R\$ 61.206,00

6. Disponibilidades Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Conciliação Bancária registrou os seguintes valores:

√ Banco do Brasil | Agência 0980-6 | Conta 18558-2 |

Saldo do Extrato Bancário: R\$ 8.709,85

1.	Entradas não consideradas pelo banco		
	GPS pago a maior sem dedução de salário família		24,66
	Férias pagas a maior à servidora	R\$	12,72
	Tarifa bancária	R\$	25,14
	Restituição consignado ex-servidora	R\$	734,36
	Tot	al R\$	796,88
2.	Saídas não consideradas pelo banco		
	Serviços de Consultoria Jurídica	R\$	2.393,55
	Serviços de Consultoria Jurídica	R\$	2.393,55
	Tota	al R\$	4.787,10

Saldo de Tesouraria: R\$ 4.719,63

7. Restos a Pagar

Não houve.

8. Despesas com Publicidade



Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

Despesa com publicidade no Diário Oficial do Estado no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), referente à publicação do contrato nº 02/2014, cujo objeto é a construção da nova sede do poder legislativo (1ª etapa).

III - Licitações e Contratos

Os processos licitatórios e Contratos Administrativos encontram-se devidamente instruídos, numerados e assinados, conforme preceitua a Lei de Licitações e contratos 8666/93.

✓ Contrato № 01/2013 - 2º Termo Aditivo

Contratada: Masterlegis Consultoria, Assessoria e Assuntos Municipais Ltda - CNPJ: 00.851.837/0001-44 **Objeto:** Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Consultoria e Assessoria em Processo Legislativo.

Valor: R\$ 29.158,22 (vinte e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos)

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015 Publicação: Quadro de Avisos

* Rescisão contratual em 09/03/2015 (Total pago no contrato: R\$7.476,47)

✓ Contrato № 02/2013 - 2º Termo Aditivo

Contratada: Cigma Consultoria Integrada para Administração Pública Ltda - CNPJ: 11.480.120/0001-50

Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Assessoria e Consultoria Contábil. **Valor:** R\$ 29.789,40 (vinte e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015 Publicação: Quadro de Avisos

✓ Contrato № 01/2015

Contratada: Copia3 Ltda. - CNPJ: 09.041.119/0001-87

Objeto: Prestação de serviço de manutenção de impressoras e de suprimentos.

Valor: R\$ 0,04 (quatro centavos de real) por página impressa.

Vigência: 15/01/2015 a 31/12/2015 Publicação: Quadro de Avisos

✓ Contrato № 02/2015

Contratada: Projeto 2 Ltda. - CNPJ: 19.751.179/0001-47

Objeto: Elaboração de Projetos Complementares para Construção da Nova Sede do Poder Legislativo.

Valor: R\$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais)

Publicação: Quadro de Avisos

✓ Contrato Nº 03/2015

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CNPJ: 34.028.316/0015-09

Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da Contratante.

Valor: R\$ 500,00* (quinhentos reais) *valor estimado

Vigência: 19/03/2015 a 18/03/2016 Publicação: Quadro de Avisos

✓ Contrato № 04/2015

Contratada: Ômega Advogados Associados - CNPJ: 10.383.913/0001-98

Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Consultoria e Assessoria em Processo Legislativo.

Valor: R\$ 21.870,00 (vinte e um mil, oitocentos e setenta reais)

Vigência: 27/04/2015 a 31/12/2015 Publicação: Quadro de Avisos



Estado de Minas Gerais CNPJ 19.036.474/0001-11

IV - Órgãos e Serviços

1. Contabilidade

Durante o exercício de 2015, o setor de Contabilidade com o acompanhamento do Controle Interno, elaborou os Relatórios de Gestão Fiscal encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, através do sistema SIACE LRF e à Secretaria do Tesouro Nacional, através do SISTN.

Quanto à análise pelo Controle Interno sobre as atribuições do setor de Contabilidade, estão dentro de uma normalidade, cujos conceitos foram definidos com a implantação de Normas e Procedimentos.

2. Patrimônio

Execução da 1ª etapa da obra de construção civil da nova sede do Legislativo, no valor de R\$ 142.424,82 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos).

3. Lei de Acesso à Informação

De acordo com o que determina a Lei nº 12.527/2011, a Câmara disponibiliza as informações públicas em seu endereço eletrônico oficial www.careacu.mg.leg.br.

V. Conclusão e Considerações Finais

O Órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Careaçu vem buscando ferramentas para atingir o controle da evolução de despesas e outros relatórios gerenciais a fim de preservar os princípios da legalidade, economicidade, publicidade, impessoalidade, razoabilidade e moralidade, para um satisfatório atendimento dos interesses públicos, de forma transparente e segura.

Ao evidenciar as fragilidades, procura-se antes de qualquer medida administrativa, alertar o gestor sobre a necessidade de adotar ações corretivas, com a intenção de fortalecer a efetividade das ações públicas em benefício da sociedade. Desta maneira, as ações do Órgão de Controle Interno contribuem diretamente para a melhoria da gestão do Legislativo Municipal.

Baseada nas considerações acima, esta Comissão de Controle Interno conclui que as atividades da Câmara Municipal de Careaçu/MG estão em conformidade com as exigências legais.

Careaçu, 22 de fevereiro de 2016.

Carlos Raimundo Barroso Presidente João Paulo Machado da Silva Membro Adriano de Castro Controlador Interno